



# ***Prefeitura Municipal de Água Doce do Norte***

*Estado do Espírito Santo*

*Gabinete do Prefeito*

**DECRETO Nº 295/2021 DE 21 DE SETEMBRO DE 2021.**

**DISPÕE SOBRE A TRANSPARÊNCIA E OS CRITÉRIOS PARA ORDEM CRONOLÓGICA DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS REGIDAS PELA LEI 8.666/93 E LEI 4,320/64 NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE/ES.**

O Prefeito Municipal de Água Doce do Norte, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Água Doce do Norte/ES, e

**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer critérios para os pagamentos de obrigações contratuais;

**CONSIDERANDO** a Portaria 53/2016 do TCE-ES, que dispõe sobre a transparência e os critérios para pagamento, em ordem cronológica, das obrigações financeiras;

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 5º da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, que determina a obrigatoriedade dos pagamentos das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços pela Administração Pública, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de sua exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei Federal 12.527, de 18 de novembro de 2011, que estabelece os procedimentos a serem observados pela União, Estado, Distrito Federal e Municípios, com o fim de assegurar o direito fundamental de acesso à informação;

**CONSIDERANDO** os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência, economicidade e transparência, insculpidos no caput do artigo 37 da Constituição Federal;

**DECRETA:**

## **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** O presente Decreto institui procedimentos, rotinas, deveres e responsabilidades para a adequada observância da ordem cronológica de exigibilidade das obrigações financeiras, referente às obrigações de natureza



# ***Prefeitura Municipal de Água Doce do Norte***

***Estado do Espírito Santo***

***Gabinete do Prefeito***

contratual e onerosas assumidas junto a fornecedores de bens e serviços, no âmbito do Poder Executivo do Município de Água Doce do Norte/ES, em cumprimento às Leis Federais nºs. 8.666/1993 e 4.320/1964.

**Art. 2º.** Todas as Unidades Gestoras incumbidas de gestão de obrigações de natureza contratual e onerosa deverão implementar procedimentos com vistas à observância das exigências legais para a liquidação de despesas e ordem cronológica de pagamentos nos termos deste Decreto.

**Parágrafo único** – Entende-se por obrigação de natureza contratual e onerosa toda e qualquer obrigação assumida pelo Município de Água Doce do Norte junto a fornecedores.

## **CAPÍTULO II**

### **DO ESTABELECIMENTO DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS**

**Art. 3º.** O pagamento de despesas orçamentárias deverá respeitar os prazos previstos neste Decreto e a ordem cronológica das exigibilidades, considerando sempre, cada grupo de fonte diferenciada de recursos e o código de especificação das fontes, dispostos separadamente por Unidade Gestora.

**Art. 4º.** O procedimento para liquidação terá como marco inicial a inclusão do documento de cobrança (nota fiscal, fatura ou recibo), no processo administrativo para pagamento, devidamente acompanhado dos documentos comprobatórios exigidos pelas normas em vigor.

**§1º.** As unidades administrativas (secretarias e setores) responsáveis pelas despesas contratadas, deverão cumprir os prazos estabelecidos em instrução normativa sendo responsáveis pelo recebimento e encaminhamento dos documentos a que se refere o caput deste artigo, devendo ainda atestar a despesa e encaminhar toda a documentação para o registro contábil da liquidação no sistema de Contabilidade, a ser realizada pela Secretaria da Fazenda Municipal.

**§2º.** Será elaborada Instrução Normativa pelo Controle Interno com a finalidade de atender o que se expõe no parágrafo anterior deste artigo, estipulando prazos referentes ao fluxo processual das despesas.

**§ 3º.** Os prazos a que se refere o parágrafo anterior serão suspensos, até que:  
I – seja efetuada a entrega, por parte do fornecedor, de toda documentação exigida pelas normas em vigor;  
II – Sejam sanadas as pendências relativas à entrega do bem ou serviço contratado;

**Art. 5º.** A ordem cronológica, do Processo Administrativo devidamente atestado, iniciará na data do registro da liquidação da despesa.





***Prefeitura Municipal de Água Doce do Norte***  
***Estado do Espírito Santo***  
***Gabinete do Prefeito***

**§1º.** Fica estabelecido o prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data do registro contábil da liquidação da despesa, para pagamento das obrigações.

**§2º.** O prazo que se encerrar em fim de semana ou feriado considerar-se-á prorrogado até o próximo dia útil imediato.

**§3º.** Na impossibilidade de cumprimento do prazo previsto no parágrafo anterior deste artigo, por motivos técnicos ou financeiros devidamente comprovados, deverá ser dada ampla publicidade aos fornecedores do motivo do descumprimento.

**Art. 6º.** É vedado o pagamento de despesas em desacordo com a respectiva ordem cronológica de exigibilidade, salvo, exemplificativamente, nas seguintes hipóteses:

I – grave perturbação da ordem;

II – estado de emergência;

III – calamidade pública;

IV – decisão judicial ou do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;

V – relevante interesse público;

VI – para evitar fundada ameaça de interrupção dos serviços essenciais da instituição ou para restaurá-los; e

VII – para afastar o risco de prejuízo ao erário, se houver indícios de falsidade ou de irregularidade grave na liquidação da despesa, que resulte em fundada dúvida quanto à certeza e liquidez da obrigação, caso em que a apuração não ultrapassará o prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis motivadamente.

**§1º.** Ocorrendo qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação ou quando o contratado for notificado para sanar as ocorrências relativas à execução do contrato ou à documentação apresentada, a respectiva cobrança perante o Poder Executivo Municipal de Água Doce do Norte será tornada sem efeito, com a consequente exclusão do Processo Administrativo da lista classificatória de credores.

**§2º.** Ocorrendo as situações previstas no caput deste artigo, e/ou no parágrafo primeiro, o credor será reposicionado na lista classificatória de credores a partir da sua regularização.

**Art. 7º.** Qualquer pagamento em desacordo, fora da ordem cronológica de exigibilidade das obrigações financeiras, deverá conter as relevantes razões de interesse público e a justificativa prévia elaborada pela autoridade competente, ou seja, pelo ordenador de despesa, publicada no Diário Oficial dos Municípios e disponibilizada no site oficial da Prefeitura Municipal de Água Doce do Norte.

**Parágrafo único** - A publicação das exigências do caput, além de ser juntada ao processo de pagamento, deverá ser inserida, como anexo em PDF, no Sistema de Pagamentos do Poder Executivo Municipal, devendo também ser registrado no referido sistema o CPF do ordenador de despesa que autorizou o pagamento.



## ***Prefeitura Municipal de Água Doce do Norte***

*Estado do Espírito Santo*

*Gabinete do Prefeito*

**Art. 8º.** É vedado o pagamento parcial de crédito, devendo os recursos disponíveis ser utilizados para solver a fatura que esteja na ordem de classificação, exceto se houver indisponibilidade financeira, a qual determinará a permanência do saldo remanescente na mesma ordem de classificação.

### **CAPÍTULO IV DA TRANSPERÊNCIA E CONTROLE**

**Art. 9º.** Os procedimentos a serem adotados devem garantir o acesso à lista das exigibilidades de pagamento a qualquer tempo, que conterà no mínimo:

I – grupo de fonte de recursos;

II – Código de especificação das fontes de recursos;

III – Data do documento da liquidação e vencimento;

IV – Nome e Cpf/cnpj DO CREDOR;

V – Prazo e motivo da suspensão do pagamento da lista de exigibilidade, quando houver;

VI – Valor;

VII – Informação acerca de eventual quebra da ordem cronológica.

**Art. 10.** Nos termos do Art. 48, II da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fica assegurada a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade de informações pormenorizadas sobre a ordem cronológica de pagamentos, acerca da execução orçamentária e financeira do Município, em meios eletrônicos de acesso público.

**Parágrafo único** – Os procedimentos a serem adotados devem garantir a disponibilização da lista de exigibilidades no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Água Doce do Norte/ES.

### **CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS E FINAIS**

**Art. 11.** Não se sujeitarão ao disposto neste Decreto os pagamentos decorrentes de:

I - suprimentos de fundos, assim consideradas as despesas realizadas em regime de adiantamento, nos termos do artigo 68 da Lei Federal nº 4.320/1964;

II - remuneração e outras verbas devidas a agentes públicos, como diárias, ajudas de custo, pensão vitalícia e indenização de acidentes de trabalho;

III - obrigações tributárias, patronais e previdenciárias;

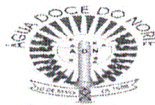
IV – necessários para dar cumprimento à ordem judicial, depósitos judiciais, precatórios, multas e taxas de entidades governamentais e decisões do Tribunal de Contas;

V - auxílios e subvenções sociais referente aos convênios em que o Município é conveniente;

VI - folha de pagamento dos servidores, seus encargos, consignações e bolsa estágio;

VII - pagamento da dívida fundada;





***Prefeitura Municipal de Água Doce do Norte***  
***Estado do Espírito Santo***  
***Gabinete do Prefeito***

VIII - concessionárias de serviços públicos de água, energia elétrica, telefonia e correios;

IX – devoluções de transferências voluntárias;

X - despesas provenientes de créditos extraordinários e extra-orçamentárias;

XI - transferências que se fundamentam no artigo 26 da Lei Complementar n.º 101/2000;

XII – repasses ao Poder Legislativo Municipal;

XIII - demais despesas que não estejam regidas pela Lei Federal nº 8666/1993.

**Art. 12.** Os titulares integrantes da estrutura organizacional do Município se obrigam a cumprir e zelar pelo fiel cumprimento dos procedimentos estabelecidos neste Decreto.

**Art. 13.** A não observância das condições e procedimentos estabelecidos neste Decreto constitui omissão de dever funcional, e poderá sujeitar os servidores e agentes que procederem indevidamente à imputação de responsabilidade, sem prejuízo de outras medidas administrativas.

**Art. 14.** Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Água Doce do Norte/ES, aos 21 de setembro de 2021.

**ABRAÃO LINCON ELIZEU**  
**PREFEITO MUNICIPAL**